

Jailson Adeilson May Júnior

JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA

**Uma análise crítica através da
jurisprudência constitucional
do Brasil e Portugal.**

**EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2024**

Sumário

Abreviaturas e siglas	IX
Prefácio	XI
Introdução	1

PARTE I - JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA

Capítulo 1. Conceituação	5
1.1 Considerações preliminares	5
1.2 Conceito de judicialização da política	7
Capítulo 2. Poder Judiciário e judicialização da política	13
2.1 Caminhos do judiciário ante a judicialização da política	13
2.2 Sobre os caminhos: autocontenção e ativismo judicial	21
Capítulo 3. Alicerces da judicialização da política:	
Portugal e Brasil	25
3.1 A estrutura constitucional do controle de constitucionalidade	25
3.2 Bases doutrinárias de integrantes dos tribunais constitucionais	39

**PARTE 2 - ANÁLISE CRÍTICA DA JURISPRUDÊNCIA
DOS TRIBUNAIS CONSTITUCIONAIS**

Capítulo 1. Judicialização da política em face de omissões legislativas.....	51
1.1 Acórdão n. 474/2002 do Tribunal Constitucional português	54
1.2 Acórdão n. 670-9/2007 do Supremo Tribunal Federal brasileiro	55
1.3 Análise crítica	56
Capítulo 2. Judicialização da política para reconhecimento de direitos mediante interpretação conforme a Constituição.....	69
2.1 Acórdão n. 359/2009 do Tribunal Constitucional português.....	71
2.2 Acórdão n. 4277/2011 do Supremo Tribunal Federal brasileiro	75
2.3 Análise crítica	77
Capítulo 3. Judicialização da política de direitos sociais prestacionais.....	83
3.1 Acórdão n. 296/2015 do Tribunal Constitucional português.....	86
3.2 Acórdão n. 587.970/2017 do Supremo Tribunal Federal brasileiro.....	92
3.3 Análise crítica	95
Capítulo 4. Consequências dos caminhos jurisprudenciais	115
Conclusão	135
Bibliografia.....	137